

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SAMUEL ESMERALDO ALVES

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E IDENTIDADE DE GÊNERO:**  
como mulheres transexuais percebem os desafios e potencialidades da escola: uma  
revisão da literatura

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2025

SAMUEL ESMERALDO ALVES

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E IDENTIDADE DE GÊNERO:**  
como mulheres transexuais percebem os desafios e potencialidades da escola: uma  
revisão da literatura

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

**Orientador:** Ma. Maria Aparecida Trindade Pereira.

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2025

SAMUEL ESMERALDO ALVES

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E IDENTIDADE DE GÊNERO:**  
como mulheres transexuais percebem os desafios e potencialidades da escola: uma  
revisão da literatura

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 03/12/2025

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Profa. Ma. MARIA APARECIDA TRINDADE PEREIRA/UNILEAO

Membro: Prof. Dr. Francisco Francinete Leite Junior/UNILEAO

Membro: Prof. Dr. Joaquim Iarley Brito Roque/UNILEAO

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2025

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E IDENTIDADE DE GÊNERO:**  
como mulheres transexuais percebem os desafios e potencialidades da escola: uma  
revisão da literatura

Samuel Esmeraldo Alves  
Ma. Maria Aparecida Trindade Pereira

## **RESUMO**

A relação entre identidade de gênero e o ambiente escolar é investigada neste trabalho a partir das percepções de mulheres transexuais. Por meio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, foram analisados os principais desafios, como a transfobia e a exclusão curricular, e as potencialidades, como as práticas de acolhimento e o protagonismo estudantil. Os resultados indicam que a escola atua tanto como reprodutora de violências sistêmicas quanto um possível espaço de reconhecimento. Conclui-se que a efetivação de uma educação inclusiva depende de políticas institucionais claras e de uma pedagogia que valorize a diversidade, permitindo que as alunas transexuais não apenas sobrevivam, mas que possam desenvolver e fortalecer sua identidade.

**Palavras-chave:** Mulheres Transexuais. Escola. Gênero. Educação.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho busca compreender através dos registros da literatura a relação entre educação e identidade de gênero, especialmente a partir das percepções de mulheres transexuais. Esse debate é fundamental para compreender como a escola, enquanto espaço de socialização, aprendizagem e construção de subjetividades, pode tanto reproduzir violências quanto se transformar em um ambiente de acolhimento e reconhecimento.

Diante de uma realidade marcada por altos índices de evasão escolar, discriminação e invisibilidade de jovens transexuais no contexto educacional, esse trabalho busca trazer a voz desses jeitos, contribuindo para os debates sobre equidade, diversidade e direitos humanos no ambiente escolar.

Em um contexto de promoção de discursos sobre diversidade na educação e das violências sofridas por jovens transexuais, dar visibilidade às suas percepções e questionar suas vivências como parte de um amplo processo de construção pessoal e social, é um ato de resistência. Espera-se que as reflexões e críticas apresentadas

aqui possam servir como um estímulo a pensar sobre as práticas pedagógicas, e que elas não apenas tolerem, mas celebrem a diversidade e equidade de gênero.

Diante desse cenário de exclusão estrutural e da necessidade de dar visibilidade a vivências historicamente marginalizadas, a presente pesquisa norteia-se pela seguinte questão-problema: de que forma mulheres transexuais percebem os desafios institucionais e as potencialidades de acolhimento presentes no ambiente escolar?

A justificativa social desta investigação ancora-se na urgência de romper com o ciclo de invisibilidade e violência que marca as trajetórias de mulheres transexuais no Brasil. A escola, instituição que deveria atuar como garante de direitos e cidadania, frequentemente opera como a primeira instância de exclusão, contribuindo para a evasão e a vulnerabilidade social desse grupo (GOMES, 2025). Portanto, discutir práticas pedagógicas e identidade de gênero não é apenas um exercício teórico, mas uma demanda de Direitos Humanos. O estudo busca oferecer subsídios para que a comunidade escolar compreenda seu papel na proteção da vida e na dignidade dessas estudantes.

No âmbito acadêmico, o trabalho se justifica pela necessidade de preencher lacunas na produção científica, construindo uma contranarrativa que supere a visão patologizante. Como aponta Antônio Júnior (2024), é fundamental produzir pesquisas que coloquem as vozes das mulheres trans no centro do debate educativo, desafiando o apagamento histórico. Além disso, há uma carência de estudos que foquem nas "práticas pedagógicas transformadoras" e nas potencialidades de acolhimento (PEREIRA, 2020), indo além da simples denúncia da transfobia para propor caminhos de permanência e êxito escolar.

Por fim, a justificativa pessoal emerge do compromisso ético-político inerente à formação em Psicologia. O interesse pelo tema nasce da inquietação diante do sofrimento psíquico causado pela exclusão escolar e do desejo de compreender como a Psicologia e a Educação podem dialogar para promover saúde mental e emancipação. Entende-se que a escuta dessas narrativas é o primeiro passo para uma atuação profissional implicada com a transformação social e com a construção de uma sociedade onde a diversidade seja celebrada, e não punida.

## 1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar os desafios e as potencialidades vivenciadas por mulheres transexuais no ambiente escolar, visando compreender o impacto desses fatores em sua trajetória educacional.

Para alcançar tal propósito, busca-se investigar as práticas de inclusão e acolhimento presentes nas escolas, abarcando desde as políticas institucionais até as práticas pedagógicas em sala de aula. Ademais, pretende-se compreender de que modo as ações institucionais e sociais corroboram para a exclusão ou para o acolhimento desses sujeitos. Por fim, o estudo empenha-se em identificar estratégias e práticas educativas capazes de promover ativamente o reconhecimento, a inclusão e o fortalecimento das identidades de gênero no espaço escolar.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido por meio do método da revisão bibliográfica. O ponto de partida é a análise crítica de produções acadêmicas existentes sobre a temática, através de artigos, dissertações e documentos oficiais sobre os desafios e potencialidades vivenciados por mulheres transexuais no ambiente escolar. Conforme aponta Gatti (2010), esta etapa é essencial para identificar lacunas no conhecimento e orientar a formulação de questões mais precisas, estabelecendo uma base teórica sólida para a investigação.

A abordagem qualitativa é adotada uma vez que o foco recai sobre as construções simbólicas e sociais atribuídas às experiências escolares. Como defendem Bogdan e Biklen (1994), esta perspectiva é apropriada quando se busca compreender o significado que os indivíduos atribuem às suas práticas cotidianas. Nessa linha, os textos analisados serão considerados como produções discursivas que expressam tanto vivências individuais quanto estruturas sociais mais amplas, em diálogo com a perspectiva de Foucault (2003).

A análise se aprofundará no debate proposto por autores-chave que articulam gênero, educação e poder, visando construir uma reflexão consistente sobre como práticas institucionais e pedagógicas contribuem para exclusão ou acolhimento. Nesse caso, o diálogo com as produções de Guacira Lopes Louro (2000), Jaqueline

Gomes de Jesus (2012) e Berenice Bento (2006) será fundamental para enfrentar as estruturas que naturalizam desigualdades e silenciam subjetividades dissidentes no espaço escolar.

BASE DE DADOS: Google acadêmico, Repositórios Institucionais de Universidades, SciELO e CAPES.

## 2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.2.1 A escola na trajetória de mulheres transexuais

A instituição escolar, historicamente concebida como um espaço de aprendizado intelectual e social, opera também como um grande campo de produção e reprodução de normas. Para estudantes cujas identidades de gênero escapam à norma cisgênera, a escola pode se transformar de um lugar de potencialidades em um território de disputas e violências. Então por meio de uma revisão da literatura, será analisada a complexa relação entre a educação escolar e a experiência de mulheres transexuais, investigando os desafios institucionais e pedagógicos que marcam suas trajetórias e, ao mesmo tempo, as potencialidades de acolhimento e resistência que podem emergir nesse contexto.

Para fundamentar esta discussão, faz-se necessário compreender a transexualidade não sob a ótica da patologia, mas como uma vivência identitária legítima. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012), a pessoa transexual é aquela que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado ao nascimento, buscando, muitas vezes, adequar seu corpo e sua expressão de gênero ao modo como se percebe. Essa experiência se contrapõe à "cisgeneridade", conceito utilizado para descrever indivíduos cuja identidade de gênero está alinhada ao sexo biológico designado e às expectativas sociais a ele atreladas (JESUS, 2012).

A escola, contudo, não trata essas duas vivências como equivalentes; ela opera sob a lógica da "cis-heteronormatividade". Esse termo designa uma estrutura de poder que naturaliza a cisgeneridade e a heterossexualidade como as únicas possibilidades saudáveis e inteligíveis de existência, relegando qualquer outra expressão à categoria do "anormal" ou "desviante" (LOURO, 2000; BENTO, 2006).

Para compreender as dinâmicas de exclusão, é fundamental partir do entendimento de que a escola moderna foi estruturada sob um paradigma de

normalização. Esse modelo, como aponta Foucault (2003), não apenas transmite conhecimento, mas também “disciplina os corpos” e regula os comportamentos, estabelecendo o que é considerado aceitável ou desviante.

Nesse cenário de disputas normativas, torna-se essencial esclarecer as categorias que operam sobre os sujeitos, distinguindo teoricamente identidade de expressão de gênero. Conforme ensina Jaqueline Gomes de Jesus (2012), a “identidade de gênero” é uma autopercepção psíquica e social: é como o sujeito se entende (mulher, homem, etc.), uma vivência interna que independe do sexo biológico.

Distinta disso é a “expressão de gênero”, que se refere à dimensão pública e visível dessa identidade; é a forma como a pessoa se apresenta socialmente através de códigos culturais como vestimenta, nome, corte de cabelo e gestualidade (JESUS, 2012). O conflito na escola emerge porque a instituição, regida pela cis-heteronormatividade, impõe que a expressão (o que se vê) corresponda obrigatoriamente à genitália (o biológico), punindo qualquer manifestação que rompa com essa expectativa de coerência (LOURO, 2000; BENTO, 2006).

Ao discutir sobre gênero, a instituição escolar contribui ativamente na reiteração da cis-heteronormatividade, um sistema que segundo Silva (2019, p. 44), “privilegia e naturaliza a cisgenereidade e a heterossexualidade, colocando-as como normas universais e compulsórias, enquanto marginaliza e patologiza outras formas de ser e de se relacionar”. Essa imposição se manifesta desde a organização dos espaços, como banheiros e filas separadas por sexo, até as práticas pedagógicas, que sistematicamente invisibiliza a existência de pessoas transexuais.

A escola se torna, assim, um ambiente hostil para quem não se enquadra no binarismo de gênero. As práticas pedagógicas e institucionais, muitas vezes de forma não intencional, acabam por reforçar um doloroso processo de exclusão. Essa realidade é descrita por Pereira (2020) como uma manifestação da “pedagogia do armário”, onde o silenciamento sobre as identidades de gênero e sexualidade força estudantes a esconderem quem são para sobreviver no ambiente escolar. A ausência de representatividade e o despreparo de muitos educadores para lidar com questões de gêneros criam um ambiente hostil e de invalidação para a identidade dessas alunas.

Essa invalidação sistemática se manifesta por meio de uma pedagogia que, de forma ativa, ensina quais gêneros e sexualidades são legítimos, atribuindo os demais

à esfera do “abjeto” ou do patológico (LOURO, 2000). O que se observa, nas experiências de estudantes trans, é o que Miskolci (2007) define como uma “pedagogia do insulto”, que opera para corrigir e punir a dissidência. O silenciamento, nesse contexto, não é uma ausência, mas uma prática ativa de exclusão discursiva, um esforço para não “tocar os corpos do silêncio” (LIRA, 2024), reforçando a ideia de que identidade trans não devem ser nomeadas ou reconhecidas no espaço escolar.

Nesse contexto, uma das primeiras e mais violentas barreiras enfrentadas é a negação do nome social. O nome, que é um elemento central na constituição do sujeito, quando negado, representa a negação da própria existência. Embora o direito ao uso do nome social seja garantido por lei, sua prática no cotidiano escolar ainda é um campo de batalha, como aponta a pesquisa de Gomes (2025). A recusa de uso do nome social por parte dos professores e funcionários é um ato de agressão que reforça preconceitos de ilegitimidade da identidade de alunas transexuais. Como destaca Pereira (2020):

A violência simbólica presente na recusa da utilização do nome social de estudantes transexuais é uma das primeiras formas de expulsão de travestis e transexuais da escola. O desrespeito ao nome social é uma forma de dizer àquele sujeito que ele não pode ser quem ele é, que sua identidade não é legítima e, conseqüentemente, que ele não pertence àquele espaço. Essa violência, reiterada diariamente na chamada, nos corredores e nas interações cotidianas, mina a autoestima e o desejo de permanência desses alunos, contribuindo diretamente para os alarmantes índices de evasão escolar. (PEREIRA, 2020, p. 28).

Essa violência simbólica e transfobia frequentemente escala para formas explícitas de agressão, como o bullying e a violência física, advindas tanto por colegas quanto, em alguns casos, por próprios funcionários. O corpo transexual é frequentemente visto como “abjeto”, fora da ordem, e, portanto, passível de punição e correção (LOURO, 2000). A dificuldade de acesso a banheiros correspondentes à sua identidade de gênero, por exemplo, é uma disputa pelo direito de ocupar e existir no espaço. Para muitas jovens trans, “ir ao banheiro se torna um ato de planejamento e de coragem, muitas vezes evitado, gerando desconforto físico e psicológico” (SILVA, 2019, p. 62).

Contudo, focar apenas nos desafios seria apresentar uma visão incompleta da trajetória escolar dessas jovens. É também nesses espaços que surgem as potencialidades e as práticas de acolhimento, que se configuram como verdadeiros

atos de resistência. A escola, apesar de sua vocação normativa, também é um espaço de socialização, afeto e construção de subjetividades. Ao encontrar um ambiente minimamente seguro, a aluna transexual pode vivenciar na escola um espaço de afirmação e fortalecimento. Como aponta Gonzalez (2017), o acolhimento por parte de um professor, o reconhecimento por um grupo de colegas ou a implementação de um projeto pedagógico sobre diversidade podem ter um impacto transformador, atuando como fatores de proteção e permanência.

A construção de um ambiente inclusivo passa, fundamentalmente, pela revisão das práticas pedagógicas e pela formação continuada dos educadores. É preciso superar a “pedagogia do armário” e adotar uma pedagogia que promova visibilidade, que reconheça e celebre as diferenças. Isso em ações como a efetivação do uso do nome social em todos os registros, a criação de banheiros de gênero neutro ou uso individual, e a inserção de debates sobre gênero e sexualidade no currículo de forma transversal. Trata-se de “promover uma educação que não apenas tolere, mas que reconheça a diversidade como um valor fundamental para a formação cidadã” (GOMES, 2025, p. 115).

A permanência, portanto, é um ato político de resistência (ANTÔNIO JUNIOR, 2024, apud XAVIER, 2020) Essa resistência significa ocupar e insistir em um espaço que, historicamente, foi desenhado para excluir corpos dissidentes. Xavier (citado por ANTÔNIO JÚNIOR, 2024) argumenta que, ao recusar a evasão, a estudante trans rompe com o destino de marginalidade socialmente imposto, transformando sua trajetória escolar em uma contranarrativa de potência. Não se trata apenas de concluir um ciclo de estudos, mas de afirmar publicamente o direito de existir e de ser visível em um ambiente que, muitas vezes, opera pelo apagamento. Cada dia de permanência tensiona a cisnormatividade institucional e abre caminhos para que outras também possam ocupar esse lugar.

As potencialidades não residem na escola como um todo, mas na criação ativa de redes de apoio. A pesquisa de Carolina Gonzalez (2017) captura a essência dessa estratégia de persistência na fala de uma educadora entrevistada, que discute a importância da coletividade para enfrentar a violência institucional:

[...] eu sinto que o que nos fortalece pra abordar essas temáticas num contexto tão difícil que a gente tá vivendo são as redes [...] a gente mostra que não são professores doutrinadores, são questões sociais muito

relevantes que têm causado muitas mortes, muitas violências, muitos problemas e que precisa ser enfrentado por todo mundo. Então eu sinto que esse é o caminho [...] eu acho que eu tenho uma missão ali, alguém, a gente precisa persistir nesses trabalhos de construir laços, porque quanto mais laços mais fortes estaremos. (GONZALEZ, 2017, p. 323).

Essa construção de “laços”, como descrito, é o que permite a criação de brechas (SILVA, 2017) na estrutura cisnormativa. É nessas brechas que a representatividade, como a presença de docentes trans, pode ter um impacto “TRANSformador” (PEREIRA, 2020), ao servirem de modelo e validarem suas identidades, criando zonas de segurança que validam a permanência.

Nessa perspectiva, as estratégias de acolhimento se revelam como as principais ferramentas para transformar a escola em um ambiente de potencialidades. O fortalecimento dos grêmios estudantis, a criação de coletivos de discussão sobre diversidade e a promoção de diálogos abertos entre gestão, professores, alunos e famílias são caminhos possíveis. Acolher não é apenas um ato de boa vontade individual, mas uma política institucional que reconhece o corpo transexual não como um problema, mas como um corpo com direitos e saberes.

Refletir sobre gênero na educação, como nos lembra Bento (2006), é enfrentar as estruturas de poder que naturalizam desigualdades. Ao fazer isso, a escola pode começar a cumprir sua promessa de ser, de fato, um espaço de desenvolvimento integral e de emancipação para todas, todes e todos.

### **2.2.2 As dimensões do currículo escolar e a formação docente como mecanismos de exclusão e acolhimento**

A análise das violências e acolhimentos vivenciados por estudantes transexuais, discutida anteriormente, levanta uma questão fundamental: quais são as raízes institucionais que permitem que a escola atue de forma tão ambígua? E a resposta não se encontra apenas nas atitudes individuais, mas nas estruturas que moldam o saber e a prática pedagógica.

Para compreender as raízes da exclusão escolar, é crucial analisar o currículo escolar não apenas como um conjunto de disciplinas, mas como um campo de poder que define quais conhecimentos e quais vidas são consideradas legítimas (SILVA, 2019).

Ele ocorre não apenas através do que é explicitamente ensinado, mas também através do que é silenciado, onde a autora vai chamar de “currículo oculto”, que transmite normas e valores de forma implícita (GONZALEZ, 2017). Conclui então a autora, que para as estudantes transexuais, esse currículo oculto da cisgeneridade é uma força avassaladora, pois a ausência de suas histórias nos materiais didáticos envia uma mensagem inequívoca de que suas existências não são dignas de compor ou serem debatidas no saber escolar.

A consequência direta desse silenciamento curricular é que, na ausência de uma intervenção pedagógica formal, as concepções dos estudantes sobre identidade de gênero são deixadas ao senso comum, frequentemente reproduzindo estereótipos e preconceitos (ROZA, 2017). Quando conflitos emergem, a falta de um currículo prescrito que aborde o tema deixa o docente em uma posição vulnerável. A pesquisa de Débora Ettrich (2019) revela que, mesmo quando professores percebem a necessidade de abordar o tema, o receio do conflito com as famílias ou a gestão, somado ao despreparo, leva à omissão.

Toda essa negação do “ser” e do “existir” transexual no ambiente escolar, se mostra um dos grandes pilares da exclusão. A escola, ao se omitir, reforça essa ideia de que a transexualidade é um tabu, algo do campo patológico ou do imoral. Essa postura não é neutra, mas sim, uma ação política que reforça o preconceito.

O silêncio pedagógico em torno das questões de gênero e sexualidade não é uma neutralidade, mas uma posição política ativa. Ao não nomear, não debater e não apresentar referências positivas de pessoas transexuais, a escola contribui para a construção de um cenário e imaginário social que as desumaniza. Esse vácuo de conhecimento é preenchido pelo senso comum, pelos estereótipos e pelo preconceito, tornando o ambiente escolar um lugar ainda mais inseguro para quem escapa à norma. (GOMES, 2025, p. 88).

É nesse ponto que a formação docente se revela como um certo nó crítico, pois de nada adiantam políticas de inclusão se os profissionais que estão na linha de frente da educação não possuem o preparo teórico e também sensível para lidar com a diversidade, sendo a precariedade dos cursos de licenciatura nesse quesito um fator alarmante (PEREIRA, 2020). Essa falta de preparo tem consequências diretas e violentas no cotidiano escolar, como detalha o autor:

A universidade, ao se omitir no debate sobre gênero e sexualidade, concede ao futuro professor uma espécie de “licença” para que ele aja em sala de aula a partir de seus próprios valores, crenças e preconceitos. Sem a bagagem teórica-crítica necessária, o docente fica refém do senso comum e acaba por reproduzir, muitas vezes sem intenção, as mesmas lógicas de exclusão que estruturam a sociedade. A transfobia que se manifesta na escola não é, portanto, um desvio de conduta que alguns indivíduos, mas o resultado esperado de um projeto de formação que insiste em ignorar a existência de corpos e identidades dissidentes. (PEREIRA, 2020, p. 112)

O despreparo e a improvisação, detalhados na citação anterior, contribuem diretamente para a manutenção da transfobia estrutural. Essa omissão institucional torna o “estar na escola” uma experiência “difícil”, como aponta Luís Gustavo Mendes Monteiro (2024). A omissão docente é frequentemente vivida pela aluna transexual como convivência ou abandono. Daniel Vieira Silva (2017), ao analisar os “conflitos e potência” nas narrativas de professores, nota que muitas docentes que desejam abordar o tema sentem-se isoladas, sem apoio institucional para mediar os conflitos, o que as leva a recuar para práticas pedagógicas mais tradicionais.

É possível observar então, que a construção de estratégias pedagógicas que promovam o reconhecimento dessas alunas torna-se uma tarefa urgente. Superar esse currículo do silêncio exige a inserção ativa de temáticas de gênero e sexualidade de forma transversal em todas as disciplinas, uma abordagem defendida por pesquisadores da área como essencial para desconstruir esse caráter cisnormativo do conhecimento escolar (GOMES, 2025). Essa ação deve ser combinada com a criação de projetos de pesquisa, debates e espaços de escuta que deem protagonismo às vozes das próprias estudantes (PEREIRA, 2020).

Sendo assim, o objetivo é transitar de uma postura de “tolerância” para uma de celebração da diversidade, pois a tolerância ainda pode manter uma lógica hierárquica entre quem tolera e quem é tolerado (GONZALEZ, 2017). O reconhecimento, por outro lado, afirma a legitimidade e a potência de todas as existências. A escola tem o potencial de ser esse espaço, mas precisa ter coragem de olhar para suas próprias estruturas. Afinal, como nos lembra Bento (2016), refletir sobre gênero na educação é, em sua essência, enfrentar as estruturas de poder que naturalizam desigualdades e silenciam essas subjetividades.

### 2.2.3 O protagonismo estudantil e as práticas de inclusão

Focar apenas nos problemas da escola nos daria uma visão pessimista e incompleta. É preciso reconhecer que, mesmo em um ambiente hostil, as estudantes transexuais agem e resistem. A transformação da escola acontece não apenas por mudanças nas regras, mas principalmente pela força dessas alunas. Por isso, neste tópico busco explorar o protagonismo estudantil e as práticas de acolhimento que mostram ser possível construir uma escola mais justa, onde a permanência não seja apenas um ato de sobrevivência, mas uma experiência de pleno desenvolvimento.

Embora as violências sejam reais e estruturais, essas jovens mobilizam, em seu cotidiano, o que Gonzalez (2017) chama de “táticas de enfrentamento”. São estratégias sutis, que garantem sua sobrevivência física e subjetiva e que, ao mesmo tempo, contestam a ordem cisnormativa do espaço escolar. Essas estratégias se manifestam na forma de como negociam o uso do nome social com professores resistentes, na escolha de suas roupas como afirmação de sua feminilidade, na criação de redes de apoio com colegas que se tornam aliados, e na ocupação de espaços que lhes são simbolicamente negados. Como afirma Pereira (2020), as estudantes transexuais, não estão em uma espera passiva pela inclusão; elas estão, a todo momento, produzindo e disputando os sentidos de sua própria presença na escola.

Essa “disputa” é o que permite a criação de “brechas” (SILVA, 2017) na rígida estrutura cisnormativa da escola. O protagonismo estudantil, portanto, não é apenas um ato individual de sobrevivência, mas uma ação política coletiva de ocupação e resistência (ANTONIO JUNIOR, 2024, apud XAVIER, 2020). A pesquisa de Carolina Gonzalez (2017) reforça a importância de “construir laços”, mostrando que a força contra a norma advém das redes de apoio mútuo que as alunas criam entre si e com aliados, sendo esta a base para a produção de presença.

Essa produção de presença é, em si, um ato profundamente político, pois o corpo de uma mulher trans na sala de aula tensiona e desestabiliza as normas de gênero tidas como naturais. A simples existência e permanência nesse espaço funciona como um currículo vivo, que ensina a toda comunidade escolar sobre a diversidade humana de uma forma que nenhum livro didático conseguiria.

A simples presença de uma estudante travesti ou transexual na sala de aula já desestabiliza as certezas e os binarismos que sustentam a pedagogia tradicional. Seu corpo, sua voz e sua identidade se tornam um currículo vivo, uma lição diária de que a diversidade humana é mais complexa do que os manuais didáticos ensinam. Ignorar ou reprimir essa presença é uma tentativa inútil de manter uma ordem de que já está em ruínas. Acolhê-la por outro lado, é a oportunidade de transformar a escola em um espaço de aprendizagem mais rico, democrático e conectado com a realidade. (PEREIRA, 2020, p. 145)

Para que a resistência não se esgote em um esforço solitário de sobrevivência, ela precisa encontrar apoio em práticas institucionais de acolhimento. O acolhimento, nesse sentido, deve ser entendido como uma política institucional deliberada, e não como um conjunto de atos isolados de benevolência (GOMES, 2025). A materialização inicial dessa política é a garantia irrestrita do uso do nome social em todos os registros e em todas as interações, uma medida que, embora pareça simples, possui um impacto simbólico imensurável na validação da identidade da aluna e na promoção do seu sentimento de pertencimento.

Para além do nome social, as práticas de inclusão devem se desdobrar em ações pedagógicas e na criação de uma cultura de respeito. O papel do professor é central, mas a responsabilidade é de toda a equipe escolar, incluindo gestores, coordenadores e funcionários. A construção de protocolos claros de combate ao bullying transfóbico, a oferta de apoio psicológico e a mediação de conflitos são estratégias que promovem para a estudante a sensação de estar num ambiente que se importa com sua segurança e bem-estar.

Essa rede de apoio é o que permite que a aluna direcione sua energia para a aprendizagem, em vez de gastá-la integralmente na luta por sua legitimidade (SILVA, 2019). A dimensão afetiva, nesse processo, é uma poderosa ferramenta pedagógica.

A relação professor-aluno, no caso de estudantes trans, transcende o aspecto puramente conteudista. Ela se torna um pilar de sustentação subjetiva. Um olhar de reconhecimento, um elogio sincero, a defesa pública contra uma ofensa, são atos pedagógicos de um valor imensurável. Eles comunicam à estudante que ela é vista, que é legítima e que aquele espaço também lhe pertence. Em muitos relatos, a existência de ao menos um professor aliado é apontado como o principal motivo para não desistir da escola, revelando o

poder do afeto como tecnologia de inclusão e de permanência. (SILVA, 2019, p. 93).

Percebe-se então, que as estratégias mais duradouras são aquelas que buscam transformar a cultura como um todo, promovendo uma educação que seja, de fato, para a diversidade. Isso envolve a realização de projetos, como semanas culturais, cine-debates e palestras que tragam as discussões de gênero para o centro do processo pedagógico, tratando-as como conhecimento e necessário à formação de todos (GOMES, 2025). Significa também fomentar o diálogo com as famílias, desconstruindo preconceitos e construindo uma aliança em prol do bem-estar dessas estudantes e muitos outros.

Essa aliança, para ser efetiva, deve ir além da “tolerância” e caminhar para a celebração ativa da diversidade. A representatividade, como a presença de docentes trans (PEREIRA, 2020), funciona como um pilar central para esse acolhimento, pois valida as identidades estudantis e oferece modelos de possibilidade. Walkiria Lira (2024) argumenta que é preciso “tocar os corpos do silêncio”, ou seja, criar projetos pedagógicos que ativamente nomeiem e validem as existências LGBTQIAPN+, superando o antigo currículo da omissão. São essas ações concretas que constroem a base para que as alunas possam de fato, crescer.

A inclusão efetiva não se faz por decreto, mas pela construção cotidiana de uma comunidade que entende a diversidade de gênero não como um problema a ser lidado, mas como uma potência que enriquece a todos. É aliar ao compromisso institucional com o reconhecimento do protagonismo das alunas que a escola poderá se tornar um lugar onde jovens mulheres transexuais possam, enfim, não apenas sobreviver, mas verdadeiramente florescer em suas identidades e potencialidades.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final desta pesquisa, percebeu-se que retoma o objetivo central que norteou este trabalho: analisar os desafios e as potencialidades vivenciadas por mulheres transexuais no ambiente escolar, a fim de compreender os impactos desses fatores em suas trajetórias educacionais. A revisão da literatura permitiu constatar que a escola se revela como uma instituição paradoxal, que opera simultaneamente como um espaço de reprodução de violências sistêmicas e, ao mesmo tempo, como um

território de potentes possibilidades de acolhimento, resistência e afirmação identitária.

A investigação demonstrou que os desafios enfrentados não se resumem a atos isolados de preconceito, mas são fruto de uma exclusão estrutural. Essa violência se materializa na recusa do nome social, na hostilidade nos espaços comuns como banheiros, e, de forma mais profunda no silêncio do currículo e na precariedade da formação docente. Ficou evidente que a cis-heteronormatividade, enquanto norma, invisibiliza as existências trans e perpetua um ciclo de evasão e sofrimento psíquico.

Também foi possível iluminar um outro lado dessa realidade, identificando as estratégias e potencialidades que promovem o reconhecimento. Tudo isso mostra que a transformação do ambiente escolar depende de uma abordagem dupla. De um lado, a implementação de políticas institucionais claras, como o respeito ao nome social, e a criação de uma cultura de acolhimento, é fundamental. De outro, é imprescindível reconhecer e valorizar o protagonismo das alunas, que resistem e produzem espaços de pertencimento cotidianamente.

O recorte metodológico desta pesquisa, centrado em uma revisão bibliográfica, permitiu a construção de uma visão geral mais aprofundada a partir da literatura existente. O foco analítico foi direcionado, majoritariamente, às experiências de mulheres transexuais na educação básica. Reconhe-se que a complexidade do tema abre caminhos para investigações que contemplem outras vivências, como as de homem trans e pessoas não-binárias, cujas trajetórias escolares possuem suas próprias especificidades e merecem igual atenção acadêmica.

A partir disso, entendo a importância de futuras pesquisas e a realização de estudos que deem voz às estudantes por meio de entrevistas e histórias de vida, aprofundando a compreensão de seu protagonismo e resistências no cotidiano escolar. Além disso, trabalhos focados no desenvolvimento de materiais didáticos inclusivos e na análise de programas de formação continuada de professores mostram-se de grande relevância para traduzir as teorias em transformações práticas e efetivas dentro da escola.

Por fim, este trabalho reafirma a urgência de se pensar e construir uma escola que seja, de fato, democrática e inclusiva. Acolher e promover o desenvolvimento de estudantes transexuais não é uma questão secundária, mas um indicador da qualidade e do compromisso da educação com os direitos humanos. A escola só

cumprirá sua função social plenamente quando se tornar um espaço seguro onde todas, todes e todos possam desenvolver sua identidade.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ANTÔNIO JÚNIOR, Wagner. **Histórias de vida e a exclusão escolar: as narrativas de mulheres transgênero.** 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2024.

ETTRICH, Débora da Gama. **Construção das identidades de gênero e sexual no ambiente escolar: percepções, práticas pedagógicas e resolução de conflitos.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.

GOMES, Daienne Gonçalves. **A diferença na escola: experiências de escolarização de estudantes transgêneros de uma escola pública paraibana.** 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2025.

GONZALEZ, Carolina Gonçalves. **Identidade de gênero no espaço escolar: possibilidades discursivas para superação da heteronormatividade.** 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília, DF: Edição da Autora, 2012.

LIRA, Walkiria Menezes de. **Tocando os corpos do silêncio, um excitante pulsar de corpos voláteis: pelo direito à diversidade sexual e identidade de gênero na escola estadual Zila Mamede (Natal, RN).** 2024. Dissertação (Mestrado Profissional

em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MONTEIRO, Luís Gustavo Mendes. **"É difícil estar na escola": a transfobia a partir da realidade de mulheres-transgêneras-professoras-amazônicas, no Estado do Pará**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2024

MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social**: reflexões sobre o gerenciamento da vida no capitalismo contemporâneo. Cadernos Pagu, n. 28, p. 101-121, jan./jun. 2007.

PEREIRA, Ernane Alexandre. **Docências Trans em evidência: entre transições, transfobias e práticas pedagógicas transformadoras**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

ROZA, Rosangela da. **Diversidade sexual no espaço escolar**: concepções, percepções e práticas de adolescentes em escola pública urbana do Sudoeste do Paraná. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

SILVA, Daniel Vieira da. **"A gente quer ter o direito de existir"**: trajetórias e experiências de socialização de estudantes trans na Universidade Federal de Alagoas. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

XAVIER, T. P. de O. **Direito às pessoas trans à educação no município de São Paulo**: histórias de abjeção, exclusão e resistência. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.